



Evento: XXXIII Seminário de Iniciação Científica ▾

ENTRE O PAPEL E A PRÁTICA: A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS

João Victor Melgarejo dos Santos², Laura Silveira da Rocha³, Luís Otávio da Costa Kaspary⁴, Nicolas Beyer Siqueira⁵, Juliedy Kupske Gosenheimer⁶, Eloisa de Souza Borkenhagen Bohrer⁷

¹ Projeto desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/UNIUI. Curso de Licenciatura em Educação Física – UNIUI.

² João Victor Melgarejo dos Santos – Bolsista do PIBID/UNIUI. Estudante do curso de Educação Física – UNIUI.

³ Laura Silveira da Rocha – Bolsista do PIBID/UNIUI. Estudante do curso de Educação Física – UNIUI.

⁴ Luís Otávio da Costa Kaspary – Bolsista do PIBID/UNIUI. Estudante do curso de Educação Física – UNIUI.

⁵ Nicolas Beyer Siqueira – Bolsista do PIBID/UNIUI. Estudante do curso de Educação Física – UNIUI.

⁶ Juliedy Kupske Gosenheimer – Professora Mestre da rede municipal de ensino. Supervisora de escola parceira no projeto PIBID/UNIUI.

⁷ Eloisa de Souza Borkenhagen Bohrer – Profa. Dra. Coordenadora do Subprojeto PIBID/UNIUI.

INTRODUÇÃO

Os documentos pedagógicos escolares são instrumentos fundamentais que expressam a organização institucional, a proposta educativa e as práticas cotidianas de uma escola. Eles não apenas formalizam diretrizes, mas também revelam concepções pedagógicas, relações de poder, intenções formativas e o projeto coletivo da comunidade escolar. Estão longe de ser meros textos burocráticos: são documentos vivos, que articulam a identidade da escola com as práticas pedagógicas dos sujeitos que nela atuam, sendo, segundo Gadotti (2000), uma construção coletiva em constante processo de transformação.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é considerado o principal documento orientador da ação escolar, pois sintetiza os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que sustentam o trabalho coletivo da escola. Ele expressa as intenções da instituição quanto à formação dos estudantes, às estratégias de ensino e à articulação com a comunidade. Segundo Veiga (2001), o PPP não deve ser construído e arquivado como um instrumento burocrático, mas vivenciado cotidianamente por todos os envolvidos no processo educativo, como um compromisso coletivo que norteia decisões e práticas. É no PPP que se delineia o tipo de escola que se deseja construir.

Já o Regimento Escolar tem como função principal regulamentar a estrutura organizacional e disciplinar da escola, definindo normas de convivência, organização de turmas, responsabilidades dos profissionais da educação, direitos e deveres dos estudantes,



entre outros aspectos administrativos e jurídicos. Ele representa a "constituição" da instituição escolar, sendo responsável por garantir a legalidade das ações escolares e a harmonia do ambiente pedagógico. No entanto, é comum que esse documento seja pouco conhecido pelos professores e apareça apenas em situações de conflito ou sanções disciplinares, o que reforça sua imagem normativa em detrimento de seu potencial pedagógico.

Os Planos de Ensino e de Aula, por sua vez, aproximam diretamente o trabalho docente dos documentos institucionais, pois nesses planos os professores organizam os conteúdos, objetivos, metodologias e formas de avaliação a serem aplicados em sala de aula. Diferentemente do PPP e do Regimento, o Plano de Ensino costuma ser mais presente no cotidiano dos professores, por fazer parte do planejamento direto de suas aulas. No entanto, quando elaborado de maneira mecânica ou desvinculada das necessidades reais da turma, o plano perde seu caráter formativo e reflexivo, tornando-se apenas um requisito a ser cumprido. Por isso, sua construção precisa ser crítica, contextualizada e alinhada aos princípios definidos coletivamente pela escola, uma vez que, segundo Libâneo (2012), o planejamento só cumpre sua função educativa quando se constitui em um processo consciente, reflexivo e orientado por objetivos pedagógicos.

Este trabalho, desenvolvido no contexto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tem como objetivo investigar como os professores da escola parceira percebem e utilizam esses documentos em sua prática profissional. A partir da aplicação de um formulário com perguntas abertas e fechadas, buscamos compreender se os docentes conhecem, valorizam e se sentem amparados pelos documentos que deveriam nortear a organização do ensino. A proposta é refletir sobre a distância entre o que está prescrito nos documentos e o que, de fato, acontece no chão da escola, contribuindo para o debate sobre a construção de uma prática pedagógica mais consciente, crítica e participativa.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao curso de Licenciatura em Educação Física da UNIJUÍ. Teve como objetivo investigar como professores da escola parceira compreendem e utilizam os documentos pedagógicos escolares – como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar e os Planos de Ensino – em sua prática docente.



A abordagem metodológica adotada foi de caráter qualitativo com suporte quantitativo descritivo, centrada na aplicação de um formulário digital, contendo 10 questões, sendo cinco objetivas e cinco abertas. As perguntas foram organizadas em três blocos temáticos: (1) familiaridade com os documentos, (2) aplicação no cotidiano, e (3) percepções pessoais e sugestões.

A coleta foi realizada de forma anônima e voluntária, junto a professores da escola parceira do subprojeto. As respostas foram analisadas com base em estatísticas simples para as questões objetivas e em análise de conteúdo para as discursivas, buscando identificar padrões de compreensão, uso e desafios enfrentados na prática com os documentos institucionais da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas evidenciou percepções variadas entre os docentes quanto ao conhecimento e uso dos documentos pedagógicos escolares. Observou-se que, embora haja reconhecimento da importância desses documentos, ainda existem lacunas significativas entre o que está previsto nos textos oficiais e o que se concretiza no cotidiano da prática pedagógica.

Em relação ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), todos os participantes relataram conhecer o documento em algum nível, embora o grau de familiaridade varie. Parte dos professores afirmou utilizá-lo como referência para compreender os princípios e objetivos da escola, enquanto outros admitiram consultá-lo apenas eventualmente. A visão do grupo é de que o PPP, apesar de ser o documento central da identidade escolar, ainda se encontra distante do cotidiano docente, funcionando mais como uma formalidade do que como um instrumento vivo de orientação pedagógica. Esse distanciamento pode ser atribuído à ausência de momentos formativos e coletivos que promovam a leitura crítica e a apropriação do documento por toda a comunidade escolar.

No que tange ao Regimento Escolar, as respostas indicam um conhecimento mais superficial. A maioria dos docentes reconhece que o regimento possui papel importante na organização disciplinar e administrativa, mas não o considera um documento de apoio à prática pedagógica. Em geral, sua consulta ocorre em situações de conflito, dúvidas formais ou exigências legais, reforçando uma visão de que o regimento é restrito à gestão escolar.



Como grupo, refletimos que essa percepção limita o potencial educativo do documento, que poderia servir para fortalecer a convivência democrática, os direitos e deveres dos sujeitos escolares, e o entendimento coletivo sobre o funcionamento da escola.

Sobre os Planos de Ensino ou de Aula, a maioria dos professores indicou que são os documentos mais presentes em sua rotina, por estarem diretamente ligados ao planejamento das aulas. Muitos docentes relataram elaborar seus planos de forma criteriosa, buscando adaptar os conteúdos às necessidades dos estudantes. No entanto, também foi possível perceber que alguns planos são produzidos de forma mais mecânica, apenas para cumprir exigências institucionais. Nosso grupo entende que isso reforça a necessidade de se investir na formação continuada dos professores, especialmente no que diz respeito ao planejamento pedagógico. O Plano de Ensino, quando construído com intencionalidade e reflexão, pode ser um elo fundamental entre os princípios do PPP e a prática concreta da sala de aula.

Por fim, ao serem questionados sobre a presença dos documentos nas reuniões pedagógicas, a maioria dos docentes apontou que eles são mencionados de maneira esporádica e, em alguns casos, apenas quando solicitados por instâncias externas. Essa constatação aponta para a urgência de ressignificar os momentos coletivos da escola como espaços de estudo e reflexão crítica sobre os documentos, para que deixem de ser vistos como exigências formais e passem a ser reconhecidos como instrumentos pedagógicos vivos, construídos e reconstruídos continuamente pelos sujeitos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como os documentos pedagógicos escolares – especialmente o PPP, o Regimento Escolar e os Planos de Ensino – são percebidos e utilizados pelos professores da escola parceira do PIBID. A partir da análise das respostas obtidas, foi possível identificar um descompasso entre a importância atribuída a esses documentos e sua presença real na prática docente cotidiana.

Observou-se que, embora os professores reconheçam o valor institucional e pedagógico dos documentos, muitos deles ainda são tratados como exigências formais, pouco acessadas no dia a dia e raramente discutidas de forma coletiva. Essa realidade evidencia a necessidade de promover ações que incentivem a apropriação crítica desses materiais, como



formações continuadas, rodas de conversa pedagógica e espaços de escuta e planejamento colaborativo.

Como grupo, compreendemos que o fortalecimento da cultura documental na escola é um passo essencial para a construção de uma prática pedagógica mais intencional, democrática e alinhada com os princípios que a própria instituição afirma em seus documentos. Os textos oficiais só ganham vida quando são lidos, debatidos e traduzidos em ações concretas no cotidiano da escola.

Por fim, entendemos que a valorização dos documentos pedagógicos não se faz apenas por meio da exigência de seu uso, mas pela construção de uma cultura profissional que os reconheça como instrumentos fundamentais na luta por uma educação de qualidade, crítica e comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: Planejamento. Documentos. Formação. Prática. Gestão.

AGRADECIMENTOS

Nosso sincero agradecimento à Professora Mestre Juliedy Kupske Gosenheimer, supervisora dedicada e parceira deste trabalho, cuja escuta atenta, orientação generosa e presença constante contribuíram profundamente para o nosso crescimento enquanto futuros docentes.

Estendemos também nossa gratidão à Professora Doutora Eloísa de Souza Borkenhagen Bohrer, coordenadora do subprojeto PIBID, por sua inspiração, compromisso com a formação docente e por acreditar na potência transformadora da educação.

Por fim, agradecemos calorosamente à Escola Municipal de Ensino Fundamental 15 de Novembro, por abrir suas portas, acolher o nosso projeto com sensibilidade e confiar em nosso olhar investigativo. Aos professores e à comunidade escolar, nosso respeito e reconhecimento por sua colaboração e disposição em compartilhar experiências e saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2003.